

## **Formação inicial de pedagogos(as) numa perspectiva inclusiva: um panorama de pesquisas brasileiras**

Initial teacher education of pedagogues in an inclusive perspective: an overview of Brazilian research

Formación inicial de pedagogos en una perspectiva inclusiva: un panorama de la investigación brasileña

**Fabio Alexandre Borges**

Professor doutor da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, PR, Brasil  
E-mail: [fabioborges.mga@hotmail.com](mailto:fabioborges.mga@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0337-6807>

**Lucas Henrique Barbosa Alves**

Doutorando pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil  
E-mail: [lucas-le-ao@hotmail.com](mailto:lucas-le-ao@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5475-8827>

*Recebido em 24 de março de 2022*

*Aprovado em 10 de outubro de 2022*

*Publicado em 25 de outubro de 2022*

### **RESUMO**

Este estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi investigar que aspectos são evidenciados em pesquisas brasileiras que abordam a inclusão educacional em cursos de formação inicial em Pedagogia. Para a produção dos dados, optou-se por periódicos científicos brasileiros com avaliação Qualis Capes A1, A2 e B1 (quadriênio 2013-2016) nas áreas de Ensino ou Educação. Na seleção dos artigos, considerou-se resultados de pesquisas oriundas do contexto brasileiro publicadas entre 2008 e 2019. A seleção dos artigos compreendeu duas etapas: na primeira, foram utilizadas como busca as palavras “inclusão” e “inclusiva” nos títulos dos artigos, que resultou em 217 textos; na segunda, optou-se por nova filtragem, com a escolha somente de textos com as palavras “pedagogia” ou “formação inicial” no título, que resultou em 16 artigos. Desses, 10 foram considerados para a análise, por trazerem elementos relacionados ao objetivo desse texto. Para a análise do *corpus* da pesquisa, foram utilizados elementos da Análise de Conteúdo, com a definição das seguintes unidades de análise: Práticas formativas no Ensino Superior e os aspectos da Educação Especial na perspectiva inclusiva; Análises dos aspectos da Educação Especial na perspectiva inclusiva a partir dos PPC's; e Movimento de mudanças na implantação de documentos que norteiam os cursos sob aspectos da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Destaca-se, como resultados, o advento da inclusão educacional tensionando cursos em suas reestruturações curriculares, e em sendo essa demanda algo recente, há que se manter um diálogo contínuo e coletivo acerca de como abordarmos a inclusão em cursos de Pedagogia.

**Palavras-Chave:** Curso de Pedagogia; Formação Inicial; Inclusão Educacional.

## ABSTRACT

This study is a bibliographical research and the objective was to investigate which aspects are evidenced in Brazilian researches that approach educational inclusion in initial training courses in Pedagogy. For the production of data, Brazilian scientific journals with Qualis Capes system A1, A2 and B1 evaluation (2013-2016 quadrennial) were chosen in the areas of Teaching or Education. In the selection of articles, the results of research from the Brazilian context published between 2008 and 2019 were considered, which resulted in 217 texts; in the second, a new filtering was chosen, with the choice of only texts with the words “pedagogy” or “initial training” in the title, which resulted in 16 articles. Of these, 10 were considered for analysis, as they bring elements related to the purpose of this text. For the analysis of the research corpus, elements of Content Analysis were used, with the definition of the following units of analysis: Formation practices in Higher Education and aspects of Special Education in the inclusive perspective; Analysis of the aspects of Special Education in the inclusive perspective from the PPC's; and Movement for changes in the implementation of documents that guide courses on aspects of Special Education from an inclusive perspective. As a result, the advent of educational inclusion stands out, pushing courses in the direction of a curricular restructuring, and since this demand is something recent, it is necessary to maintain a continuous and collective dialogue about how to approach inclusion in Pedagogy courses.

**Keywords:** Pedagogy Course; Initial formation; Educational Inclusion.

## RESUMEN

Este estudio se configura como una investigación bibliográfica cuyo objetivo fue investigar qué aspectos se evidencian en las investigaciones brasileñas que abordan la inclusión educativa en los cursos de formación inicial en Pedagogía. Para la producción de datos, fueron elegidas revistas científicas brasileñas con evaluación Qualis Capes A1, A2 y B1 (cuatrienal 2013-2016) en las áreas de Enseñanza o Educación. En la selección de artículos, se consideraron los resultados de investigaciones del contexto brasileño publicadas entre 2008 y 2019, que resultaron en 217 textos; en el segundo, se optó por un nuevo filtrado, con la elección de solo textos con las palabras “pedagogía” o “formación inicial” en el título, lo que resultó en 16 artículos. De estos, 10 fueron considerados para el análisis, ya que traen elementos relacionados con el propósito de este texto. Para el análisis del corpus de investigación se utilizaron elementos del Análisis de Contenido, con la definición de las siguientes unidades de análisis: Prácticas formativas en la Educación Superior y aspectos de la Educación Especial en la perspectiva inclusiva; Análisis de los aspectos de la Educación Especial en la perspectiva inclusiva desde los PPC's; y Movimiento por cambios en la implementación de documentos que orienten cursos sobre aspectos de la Educación Especial desde una perspectiva inclusiva. Como resultado, se destaca el advenimiento de la inclusión educativa, enfatizando los cursos en su reestructuración curricular, y siendo esta demanda algo reciente, es necesario mantener un diálogo continuo y colectivo sobre cómo abordar la inclusión en los cursos de Pedagogía.

**Palabras clave:** Curso de Pedagogía; Formación inicial; Inclusión Educativa.

## Introdução

Os aspectos acerca da formação docente e sua relevância já eram preconizados por Comenius (1592-1670) e, com o passar dos tempos, foram merecendo maior atenção nas universidades do mundo inteiro, com destaque aqui para o Brasil. Contudo, essa reflexão se faz ainda mais necessária em momentos quando há mudanças mais visíveis nos rumos da escola, como temos vivenciado na atualidade com o advento da valorização da diversidade, da inclusão de estudantes, que há pouco tempo, não ocupavam os espaços comuns à maioria de maneira efetiva.

No Brasil, o curso de Pedagogia surgiu a partir do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939 que, por meio da Faculdade Nacional de Filosofia, implementou quatro seções fundamentais à formação para o magistério, sendo uma delas a que compreendia o curso de Pedagogia, que a princípio era ofertado na modalidade de Bacharelado. Somente após a aprovação da Lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961) e do Parecer nº 251/1962 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1962) é que os cursos de Pedagogia passaram a ter novos regulamentos e começaram a ser ofertados na modalidade de Licenciatura (SAVIANI, 2008).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trouxe como proposta a formação de professores para a promoção e efetivação do desenvolvimento de suas capacidades profissionais, considerando práticas docentes e experiências vivenciadas, possibilitando oportunidades de aprendizagem, o que gerou debates em relação à importância da formação dos profissionais do magistério (BRASIL, 1996).

Diante de tantas discussões e avanços que cercam e tensionam a formação de professores e a sua importância no decorrer do tempo, apresentamos essa pesquisa bibliográfica realizada a partir de periódicos científicos acerca da formação inicial dos pedagogos, com o objetivo de investigar que aspectos são evidenciados em pesquisas brasileiras que abordam a inclusão educacional em cursos de formação inicial em Pedagogia.

O papel das(os) pedagogas(os) ao pensarmos na implementação de políticas inclusivas é de fundamental importância. Primeiro, pelo fato de que esse curso forma para a atuação na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como no Ensino Médio, seja na modalidade normal, Educação Profissional ou demais áreas que necessitem de conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006). Além disso, a formação em Pedagogia prepara

boa parte dos nossos gestores educacionais, aqueles que ocupam cargos de coordenação e supervisão nas escolas. O potencial de debate que tais profissionais podem gerar é considerável pelas funções que comumente ocupam, bem como pela multiplicidade de níveis de escolarização e modalidades de ensino em que atuam.

Os currículos dos cursos de formação inicial são continuamente repensados e, a partir da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – licenciatura, as quais definiram princípios, procedimentos e condições de ensino e aprendizagem aplicados à formação. Nesse contexto, foram ampliadas as discussões a respeito da Educação Especial e Inclusiva e da relevância dos estudos acerca do currículo como fonte norteadora ao processo de aprendizagem considerando tal temática (BRASIL, 2006).

Tendo em vista a necessidade de os currículos contemplarem as realidades e características do seu público, bem como discussões acerca da Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, das lutas sociais e de políticas públicas, foi elaborado um documento pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 55 de 2007. Tal documento ficou nominado como “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da educação em janeiro de 2008, que teve como objetivo garantir a inclusão de alunos de maneira mais específica, considerando os com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, e orientar os sistemas de ensino visando o acesso de todos ao ensino regular (BRASIL, 2008).

Esse documento prevê ainda que a formação docente deve possibilitar conhecimentos de gestão de um sistema de educação inclusivo, com vistas ao desenvolvimento de uma formação que contemple, além dos conhecimentos gerais do magistério, conhecimentos específicos da área, como o Atendimento Educacional Especializado, sendo esses conhecimentos a base de sua formação inicial e continuada.

Pressupõe-se que a escola deve atender às necessidades e às diversidades dos alunos, e a educação inclusiva vem para contrariar as formas de discriminação e tensionar por uma transformação e compromisso por parte de toda a sociedade, pois requer um ensino de boa qualidade para todos, sem exceções. O espaço educacional que deseja se configurar como uma escola inclusiva deve seguir a legislação referente a essa modalidade, buscando desenvolver práticas metodológicas que apreciem as potencialidades de cada

indivíduo e suas contribuições ativas, e não focar demasiadamente nas impossibilidades, nas *deficiências* (RODRIGUES, 2006).

No decorrer do tempo, os cursos de Pedagogia sofreram alterações e adequações para que hoje possam discutir temas como a Educação Inclusiva, viabilizando discussões que auxiliem aos pedagogos em suas práticas. Os alunos têm o direito ao ensino de boa qualidade e as instituições escolares, na figura de seus agentes, necessitam de conhecimentos teóricos e práticos, para desenvolver um trabalho mais inclusivo, favorecendo a aprendizagem de todos.

Justificamos nossa opção por uma pesquisa bibliográfica acerca da formação inicial dos professores pedagogos numa perspectiva inclusiva por alguns aspectos, dentre eles, pelo fato de que, se a inclusão é um tema recente, a alteração dos currículos formativos ainda requer maiores avanços para acompanhar essa realidade que já se apresenta a esses profissionais. Nesse sentido, fazer tal pesquisa permite-nos traçar um panorama do que temos e, conseqüentemente, para onde podemos e precisamos avançar. Além disso, ao elencarmos experiências de pesquisas desenvolvidas, conseqüentemente estamos favorecendo um movimento contributivo para outras reformulações curriculares, por meio de possibilidades aqui apresentadas. Por se tratar de uma pesquisa de caráter bibliográfico, optamos por não trazer um subtítulo de fundamentação teórica, pois a mesma virá durante a análise deste estudo.

## Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Pesquisas bibliográficas configuram-se como um instrumento de busca em base de material já elaborado para o fornecimento de dados, constituída de artigos científicos, revistas, livros, impressões em papel ou veiculados por meio eletrônico (GIL, 2002). O ato de realizar pesquisas bibliográficas é necessário em todo tipo de investigação, porém a concepção de pesquisa bibliográfica adotada aqui é aquela que configura todo o processo de pesquisa, ou seja, nosso corpus de análise se volta para os resultados do material encontrado.

Para o levantamento e seleção dos dados, optamos por periódicos científicos brasileiros avaliados com Qualis Capes extratos A1, A2 e B1 nas áreas de Ensino ou Educação, no quadriênio 2013-2016. Até o quadriênio 2013-2016, os periódicos eram avaliados por áreas, o que resultavam em qualis variados para as diferentes áreas. Com isso, foram considerados por nós todos os periódicos que tivessem algum desses extratos

já mencionados, seja em Ensino ou Educação. Essa busca foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2019. Ao todo, foram considerados 83 periódicos que se adequavam a esse critério inicial. Com a lista dos periódicos, partimos para a seleção dos textos em cada um deles. Para a seleção dos artigos, o critério utilizado foi que deveriam ser publicados entre o período de 2008 a 2019 e serem resultados de pesquisas oriundas do contexto brasileiro. Justificamos tal período pelo fato de que, em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, que orientava tanto para ações na Educação Básica como no Ensino Superior. E finalizamos em 2019, pois foi o ano em que as buscas foram realizadas.

O processo de seleção dos artigos obedeceu à duas etapas: a princípio foram selecionados os textos cujos títulos traziam as palavras “inclusão” ou “inclusiva”, o que resultou em 217 textos. Para a segunda etapa, considerando os textos encontrados na primeira, realizou-se uma nova filtragem para selecionar apenas os artigos cujos títulos continham as palavras “pedagogia” ou “formação inicial”, resultando em 16 artigos. Contudo, apenas 10 foram considerados para a análise por abordarem elementos relacionados ao objetivo deste estudo já enunciado. Os 10 artigos analisados seguem descritos na tabela 1. O item “N.º” está sendo utilizado para identificar os textos nas unidades de análise.

Tabela 1 – Relação dos artigos por ordem cronológica de publicação

(continua)

TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	AUTORES (ANO)	N.º
Perspectivas da Educação Inclusiva no contexto formativo do curso de pedagogia da Ufes	Cadernos de pesquisa em Educação Ppge-Ufes	Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto (2010)	(1)
Atitudes sociais em relação à inclusão: o curso de pedagogia da faculdade de ciências e tecnologia da UNESP	Nuances: Estudos sobre Educação	Cristiane Regina Xavier Fonseca-Janes, Sadao Omote (2013a)	(2)
Os cursos de pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a educação inclusiva	Revista Brasileira de Educação Especial	Cristiane Regina Xavier Fonseca-Janes, Sadao Omote (2013b)	(3)
A educação especial nos cursos de pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar	Educação Unisinos (Online)	Natalia Neves Macedo Deimling (2013)	(4)
Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória	Revista Brasileira de Educação	Cristina Regina Xavier Fonseca-Janes, Celestino Alves da Silva Júnior, Anna Augusta Sampaio de Oliveira (2013)	(5)

Tabela 1 – Relação dos artigos por ordem cronológica de publicação

(conclusão)

TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	AUTORES (ANO)	N.º
Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da UNESP e da USP	Revista Ibero-Americana de estudos em educação	Rosimar Bortolini Poker, Simone Ghedini Costa Milanez (2015)	(6)
A formação de professores no curso de pedagogia da UFAM para a inclusão de alunos com deficiência	Revista de estudos e pesquisas sobre ensino tecnológico	Ketlis Lima Da Silva, Maria Almerinda De Souza Matos (2016)	(7)
As marcas da inclusão educacional nos projetos político pedagógicos dos cursos de pedagogia da UNIPAR e da UFAC e sua relação com o desenvolvimento socioeducacional	Educere: Revista da Educação da Unipar (Online)	Luiz Roberto Prandi, Wendell Fiori de Faria, Sônia Maria Moro do Nascimento, Vanessa Carvalho dos Santos, Phelipe Hydemy Saquetti Matimoto, Perci Fábio Santos Fontoura, Pedro Henrique Marangoni (2016)	(8)
Formação inicial de professores para atuarem no contexto das diferenças	Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco	Jean-Robert Poulin, Rita Vieira de Figueiredo (2016)	(9)
Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de pedagogia	Revista eletrônica de educação (Ufscar)	Rosimar Bortolini Poker, Fernanda Oscar Dourado Valentin, Isadora Almeida Garla (2017)	(10)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a leitura dos textos selecionados, foi realizado um fichamento destacando suas palavras-chave, objetivos, procedimentos metodológicos e os resultados obtidos. Para a análise dos dados, utilizamos elementos da Análise de Conteúdo, com a definição de Unidades de Análise (MORAES, 1999). O processo de unitarização faz parte da metodologia de Análise de Conteúdo, dando origem às Unidades de Análise, também denominadas de “unidades de registro”, e são fatores unitários de conteúdo a serem submetidos à classificação. Para definir as Unidades de Análise, é necessário reler com muita cautela todos os textos, pois, por meio das descrições, o pesquisador pode reinterpretar e/ou ressignificar novas compreensões acerca dos problemas abordados (MORAES, 1999).

Em nossa pesquisa, as unidades de registro foram os objetivos gerais de cada artigo selecionado, na maioria das vezes destacados nos seus respectivos resumos. Quando não estavam no resumo, foi necessária uma leitura de identificação desses

objetivos. Já para a definição das nossas Unidades de Análise, essas foram elaboradas a partir da convergência entre as temáticas que estão perpassando as pesquisas em seus objetivos gerais. Em outras palavras, fizemos agrupamentos das unidades de registro por convergência de temas, e tais agrupamentos resultaram nas unidades de análise. Com isso, decidimos nomear cada uma das unidades de análise, que seguem: I - Práticas formativas no Ensino Superior e os aspectos da Educação Especial na perspectiva inclusiva; II - Análises dos aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva a partir dos PPC's; e III - Movimento de mudanças na implantação de documentos que norteiam os cursos sob aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Posteriormente à definição das unidades de registro e de análise, todos os textos foram lidos na íntegra; com isso, realizamos uma análise descritiva de cada um considerando as unidades de análise definidas anteriormente. É importante ressaltar que um mesmo artigo pode abranger características para mais de uma unidade de análise e, para que a leitura fique mais compreensível ao leitor, elencamos os textos que contribuíram para a definição das mesmas no início da apresentação de cada Unidade de Análise. Na sequência, apresentamos tanto a descrição dos textos quanto a nossa análise.

## **Descrição e análise dos dados**

Os artigos selecionados para este estudo são pertinentes para a discussão da formação inicial do pedagogo, cada um contribuindo com determinados aspectos, ainda que com características comuns, e que, no todo, se complementem. Justamente por tratarem da formação inicial, os textos trouxeram contribuições consideráveis para as discussões desta temática, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de conhecimentos, quanto no que tange à reflexão sobre a importância da formação dos futuros profissionais numa perspectiva inclusiva.

Seguem as discussões agrupadas pelas Unidades de Análise. Buscamos promover dois movimentos simultaneamente, o de descrever um pouco do que encontramos nos trabalhos, e o de analisar os aspectos mais gerais referentes ao conjunto dos textos com relação à Unidade de Análise em que abordamos.

## **Práticas formativas no Ensino Superior e os aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**

Nesta unidade de análise, foram considerados os textos (2), (9) e (10), que são pesquisas voltadas para a contribuição das ações realizadas em sala de aula ou em outros espaços formativos com vistas à identificação dos desafios encontrados pelos docentes e egressos dos cursos de Pedagogia, bem como das atitudes favoráveis à Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva. Entendemos como práticas formativas favoráveis à inclusão aquelas que carregam, entre seus pressupostos, talvez o principal deles, quer seja, promover a inclusão por meio de nossas ações docentes.

Incluir e ensinar devem se dar de maneira indissociável. Tais práticas formativas desenvolvidas não estão necessariamente relacionadas às previstas no currículo dos cursos, porém contribuem para a reflexão e compreensão de práticas que favoreçam a inclusão na formação de pedagogos. Também consideramos aqui as práticas pedagógicas, que reúnem propostas de tarefas a serem desenvolvidas com futuros estudantes em sala de aula, já que, entendemos, essas práticas também compõem a formação. Em outras palavras, nesta Unidade de Análise, práticas pedagógicas docentes são também práticas formativas.

No texto (2), Fonseca-Janes e Omote (2013a) trouxeram à discussão as atitudes sociais, que consideram como direcionamentos/ações pró ou contra um objeto social, como medidas favoráveis à inclusão. Nesse sentido, as atitudes sociais são condições para uma efetiva sociedade inclusiva, com o objetivo de comparar, no caso da referida pesquisa, as atitudes apresentadas pelos acadêmicos durante o processo de formação no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp. Tais atitudes sociais podem ressignificar crenças a respeito das diferenças. A pesquisa contou com a participação de 34 acadêmicos do curso de Pedagogia que contribuíram para a produção de dados. Para os autores, a Educação Inclusiva tem sido vista por muitos como uma reforma radical, pois provocou reestruturações nos currículos, bem como nos aspectos pedagógicos e avaliativos. Para que tal proposta ocorra, deve ser encarada como um processo dinâmico em constante atividade e não simplesmente como a retirada de obstáculos que impediam os alunos de aprenderem em uma escola comum. Os autores defendem que as atitudes sociais favoráveis à inclusão direcionam ações que vão de encontro ao respeito e a aceitação perante o contexto das diferenças e são condições importantes para a efetivação de uma sociedade inclusiva, sem discriminação.

Os resultados da investigação de Fonseca-Janes e Omote (2013a) indicaram transformações significativas entre os estudantes com relação à inclusão, ou seja, apresentaram atitudes sociais mais favoráveis à inclusão no final do curso, se comparados ao início. Os professores com atitudes sociais favoráveis à inclusão conseguiram enfrentar esse desafio, desenvolvendo um ensino de boa qualidade com estratégias inclusivas e positivas. As mudanças ocorreram devido ao currículo do curso que possuía duas disciplinas obrigatórias que tratavam desta temática, sendo: “Fundamentos da Educação Inclusiva” e “Libras, Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação”. Apesar de a matriz curricular abranger disciplinas obrigatórias, ficou evidente que, a partir delas, é necessário que haja maiores interações com o meio social, ou seja, com a sociedade como um todo.

Além disso, é importante que os conteúdos e temas abordados nessas disciplinas possam ser objeto de discussão com pessoas com deficiência e, principalmente, com aquelas que não apresentam deficiência, a fim de viabilizar maior compreensão sobre essa proposta de educação cada vez mais presente à realidade de muitas famílias, pois as atitudes são formadas a partir das ações e se desenvolvem por meio das experiências, gerando aprendizagens.

Poulin e Figueiredo (2016) retrataram os resultados de um estudo de caráter internacional acerca da formação inicial dos professores para atuação no contexto da Educação Inclusiva, apoiados sob os resultados de diversas pesquisas cujo enfoque consistia na investigação de estratégias de formação de professores para atuação no contexto da Educação Inclusiva. As pesquisas selecionadas abordaram a formação inicial de professores no contexto da inclusão e apresentavam indicativos dessas estratégias de formação ou de programas de formação.

A revisão de literatura realizada indica que a maioria dos docentes são adeptos e favoráveis à inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência, mas ressaltam que apenas ser favorável não é o suficiente para que se tenha uma verdadeira abertura para o atendimento desses alunos em sala de aula. As atitudes e metodologias positivas relacionadas a esse acompanhamento contribuem para o processo de formação, mas a ausência de materiais pedagógicos e de recursos didáticos podem influenciar de forma negativa. Segundo os autores, a maneira como são organizadas as universidades pode ser relevante na preparação dos futuros professores da Educação Básica para atuação em contexto de Educação Inclusiva.

Os resultados obtidos pelos autores Poulin e Figueiredo (2016) revelaram que a formação inicial de professores para atuação no contexto das diferenças ocorre de diferentes maneiras e variam de acordo com o ambiente de formação. As diferenças estão presentes na formação obtida pelos professores, nas práticas e metodologias de ensino que receberam, nos conteúdos abordados, e se diferenciam também na forma como é direcionado o processo de formação, formando futuros professores conscientes de que, por meio de suas práticas, possam atender as demandas de seus alunos. Para os pesquisadores, as práticas, metodologias e concepções referentes à formação de professores devem estar sempre em constante renovação e que seus formadores devem ser conscientes de que, por meio de sua conduta perante a sala de aula, podem (ou não) replicar as expectativas da sociedade, tornando-se necessária a formação de professores traduzida a uma educação para as diferenças.

Poker, Valentim e Garla (2017) propuseram um estudo de caso com reflexões acerca da Educação Inclusiva e a formação inicial de professores sob a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp/Marília, com o objetivo de identificar e avaliar quais eram as suas percepções sobre o curso e se havia formação direcionada à perspectiva educacional inclusiva. As autoras defendem que a Educação Inclusiva requer tomada de decisões que influenciam o processo escolar e transformam as práticas tradicionais, tanto do ponto de vista político e organizacional quanto didático-pedagógico. Participaram da pesquisa 46 acadêmicos egressos das turmas de 2011 a 2013 do referido curso, submetidos a uma matriz curricular que iniciara a oferta de cinco disciplinas de caráter obrigatório que tratavam de conteúdos relacionados à Educação Especial e/ou Inclusiva. Os resultados alcançados demonstraram a necessidade da reestruturação do currículo do curso de forma que pudesse priorizar as disciplinas que abordavam conteúdos de Educação Especial e a inserção de estágio supervisionado em salas de Educação Especial e Inclusiva.

A formação inicial apresentou limitações, em especial a de Pedagogia, que possui carências/ausências para a formação dos futuros professores para o atendimento dos alunos apoiados pelas políticas de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Os aspectos teóricos são relevantes no processo de formação de professores, contudo, notaram-se algumas fragilidades quanto às experiências práticas nesse contexto, tornando-se necessário articular teoria e prática em torno da temática inclusão educacional.

Os textos categorizados nesta unidade de análise permitem reflexões sobre as práticas pedagógicas que vão além do descrito nos currículos e que podem ocorrer tanto em sala de aula quanto em outros ambientes de formação. Além disso, reforçam a indispensabilidade da participação de acadêmicos e professores na efetivação de um ensino mais inclusivo e para a inclusão, na atualização de conhecimentos e a busca por novas discussões. Os textos evidenciaram maior compreensão e ações inclusivas por parte daqueles que frequentaram os cursos que abarcavam disciplinas específicas acerca da temática por nós investigada.

O desenvolvimento de práticas formativas por parte dos professores nos cursos de Pedagogia com vistas a uma educação que legitime as diferenças, permite contribuições não só para o espaço acadêmico, mas também para o cotidiano em sociedade, para que os futuros professores possam também identificar situações e desenvolver atitudes mais adequadas às características de nossa sociedade.

Além disso, tais atitudes favorecem ações, práticas e posicionamentos pertinentes à inclusão que podem ser aplicados na Educação Básica, as quais promovem a discussão da temática nos ambientes externos à escola. Em outras palavras, entendemos que tocar no assunto amplia o número de pessoas na sociedade, principalmente professores, engajados com a importância de entendermos e colocarmos em prática o papel da escola na construção de uma sociedade mais inclusiva.

### **Análises dos aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva a partir dos PPC's**

Nesta unidade de análise, foram considerados os textos (3), (6), (7) e (8). São pesquisas voltadas para a reflexão de discussões presentes nos PPC's acerca do que eles contemplam ou necessitam contemplar sobre os aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Os Projetos Pedagógicos Curriculares dos Cursos ou Projetos Políticos Pedagógicos são instrumentos que concentram a concepção, fundamentos, princípios e ações pretendidas do curso de graduação. Ainda que saibamos que as ações curriculares em sala de aula de formação muitas vezes se distanciam do que está prescrito (SACRISTÁN, 2000), entendemos que a maneira como esses projetos se apresentam carrega as concepções formativas, inclusive de Educação Especial e Inclusiva, dos formadores.

Fonseca-Janes e Omote (2013b) trouxeram reflexões sobre a importância de profissionais qualificados para a efetivação e enfrentamento em favor da educação inclusiva

oferecida às crianças, jovens e adultos dentro do sistema educacional. O objetivo dos autores foi analisar as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e identificar se há formação sob uma perspectiva inclusiva. Para isso, realizaram a leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos dos seis cursos de Pedagogia da Unesp, além de entrevistas com seis coordenadores desses cursos com questões referentes às adequações para as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica sobre a temática da Educação Especial e Inclusiva. Os autores consideram a Educação Inclusiva como um processo dinâmico que não deve ser visto apenas como a ausência dos obstáculos frente à escola comum, sendo necessário que os professores conheçam os princípios que norteiam essa proposta de educação.

Para a análise dos dados, Fonseca-Janes e Omote (2013b) categorizaram as disciplinas com base em seus títulos: as disciplinas com palavras relacionadas à Educação Inclusiva foram categorizadas como “Disciplinas Específicas voltadas para a Educação Inclusiva”; e as disciplinas com palavras relacionadas à Educação Especial, foram categorizadas como “Disciplinas Específicas voltadas para a Educação Especial”. Os dados revelam que, dos seis PPC’s do curso de Pedagogia da Unesp, cinco contemplam disciplinas específicas à Educação Inclusiva, como por exemplo: Fundamentos da Educação Inclusiva ou Tópicos de Educação Inclusiva, e um curso não oferta nenhuma disciplina. Já para as disciplinas específicas à Educação Especial, por exemplo, Currículo e Necessidades Especiais, são ofertadas por quatro cursos, e dois cursos não ofertam nenhuma disciplina. Dentre os seis cursos, o de Marília é o que se destaca por ofertar disciplinas voltadas à Educação Inclusiva e se sobressair com nove disciplinas voltadas à Educação Especial, que abordavam conteúdos como: desenho universal, acessibilidade, recursos e estratégias didáticas, comunicação, currículo, dentre outros. Os coordenadores relataram que a Educação Inclusiva pode ser vista como uma perspectiva política, e que deve perpassar pelas demais disciplinas do curso, transversalmente. Para os autores, com base no quadro de disciplinas categorizadas e com exceção do curso de Marília, os cursos de Pedagogia da Unesp podem não estar preparados para formar professores para a atuação sob uma perspectiva inclusiva, devido à matriz de disciplinas, suas respectivas cargas horárias e a forma isolada como parecem ser abordadas. É necessário ampliar os espaços de discussão e transversalizá-la.

Poker e Milanez (2015) denotaram a existência de um modelo educacional no Brasil regido por legislações que fundamentam a proposta de Educação Inclusiva, em que todos os

alunos, reconhecidas as suas especificidades, podem aprender juntos. Portanto, é essencial a ocorrência de transformações na formação de professores nas escolas que seguem tal proposta, sendo necessário que esses professores desenvolvam novos conhecimentos, metodologias e recursos para que todos os alunos possam ser atendidos. Com a pesquisa, as autoras buscaram compreender e analisar os conteúdos presentes nos planos de ensino dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e da Universidade de São Paulo que tinham relação direta com a Educação Inclusiva, visando identificar, por meio dos planos de ensino das disciplinas obrigatórias dos cursos, se atendiam às exigências desencadeadas pela Inclusão. Para isso, as autoras identificaram, analisaram e compararam os conteúdos que abordavam temas relacionados à Educação Inclusiva.

Os resultados obtidos por Poker e Milanez (2015) legitimaram a existência de conteúdos recorrentes acerca da Educação Inclusiva presentes na maioria dos cursos e com grande quantidade de conteúdos diferenciados em um ou dois cursos. Dos seis cursos de Pedagogia oferecidos pela Unesp, o curso de Marília era o único que neste período possuía cinco disciplinas obrigatórias com diferentes conteúdos de Educação Inclusiva. O curso de Rio Claro também se destacava, com quatro disciplinas. Os demais cursos apresentavam entre uma e três disciplinas (Bauru, Araraquara, Presidente Prudente e São José do Rio Preto). Na USP, ambos os cursos de São Paulo e Ribeirão Preto possuíam duas disciplinas obrigatórias com conteúdos relacionados à Educação Inclusiva. De diferentes modos, os cursos estão buscando adequações de acordo com as novas exigências em favor de uma política educacional inclusiva, considerando a necessidade de discussão e eleição de conteúdos fundamentais garantidos nos cursos de Pedagogia, possibilitando aos professores uma formação que os habilite a atuar sob tal perspectiva.

Silva e Matos (2016) manifestaram a importância da formação dos professores frente à inclusão do aluno com deficiência nas classes comuns de ensino. Para isso, os autores retrataram dados de uma pesquisa de iniciação científica que objetivava conhecer a formação inicial dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A pesquisa ocorreu por meio de um levantamento documental nacional e internacional de resoluções, diretrizes, portarias, leis e decretos relacionados à inclusão de alunos com deficiência nas classes comuns de ensino. Sequencialmente, foi necessária a análise do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da UFAM, a fim de encontrar subsídios teórico-metodológicos frente ao desafio da inclusão. O PPP do curso referido ofertava a disciplina de “Educação Especial I” com caráter obrigatório e destacava em sua

ementa de conteúdos programáticos “conceito, o histórico, os princípios e os objetivos, público-alvo e as formas de atendimentos”, bem como o estudo e a análise da Política Nacional de Educação Especial e das diretrizes sobre Educação Especial. A disciplina de “Educação Especial II” aparecia como optativa, complementando a primeira aqui destacada, a qual consistia na reflexão crítica sobre o sistema educacional brasileiro em todos os aspectos que orientam as políticas de atendimento inclusivo aos alunos de Instituições de Ensino Regular/Especial. A disciplina de “Libras - Língua Brasileira de Sinais” era ofertada no último período do curso.

Para as autoras, as análises com base neste documento são indispensáveis para conhecer a formação remetida aos futuros pedagogos, e o fato de existir duas disciplinas obrigatórias e uma optativa não necessariamente é o suficiente para o sucesso das ações inclusivas no ensino, sendo recomendado (re)pensar de maneira mais sistemática todo o curso. Os cursos de Pedagogia estão buscando formas diversificadas de formação voltadas ao desenvolvimento de conteúdos que venham a contemplar determinados grupos de alunos. O processo de formação inicial do professor possui extrema importância, pois o futuro professor pode construir suas bases teóricas, práticas e metodológicas e, a partir dessa construção, atender os mais variados estudantes, sendo relevante considerar suas limitações, mas ter consciência de que podem se desenvolver por meio das interações presentes no processo de aprendizagem.

Prandi et al (2016) manifestaram um olhar acerca das marcas da inclusão educacional nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UNIPAR – campus de Umuarama/PR e da UFAC – campus Floresta de Cruzeiro do Sul/AC e sua relação com o desenvolvimento socioeducacional, a fim de ressaltarem a importância da inclusão educacional e social. Os autores propuseram reflexões acerca da inclusão, destacando a importância dos PPP's para a formação de um futuro professor inclusivo que, para eles, é aquele que compreende e pode atender os alunos com qualquer tipo de deficiência, e para isso, também são necessários estudos da realidade de cada local. Os autores ressaltaram ainda que existem algumas diferenças entre acesso e acessibilidade, ou seja, muitas instituições de ensino permitem o acesso às pessoas com deficiência na condição de alunos ou como funcionários, porém isso não quer dizer que a acessibilidade exista, já que muitos locais são carentes de recursos no que diz respeito à estrutura física, por exemplo, impossibilitando a locomoção e o bem estar desses alunos.

Prandi et al (2016) consideraram para a análise uma instituição pública e uma instituição privada, o que resultou nos seguintes dados: o PPP do curso da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta de Cruzeiro do Sul/AC visava a formação do pedagogo para lidar com situações adversas futuras no atendimento com pessoas com deficiência e, para isso, trazia em sua matriz curricular disciplinas como “Libras”, “Fundamentos da Educação Inclusiva” e “Metodologia Inclusiva”. Já o curso da UNIPAR trazia as disciplinas de “Educação Especial e Integração Social” e “Língua Brasileira de Sinais – Libras”, com o objetivo de formar profissionais habilitados às práticas de Educação Inclusiva, para atender as particularidades e necessidades dos seus alunos. Os autores concluíram que o PPP no curso de Pedagogia vai muito além das características pedagógicas, pois tem função essencial na formação humana, contribuindo com o relacionamento social de cada indivíduo na promoção da efetiva inclusão na vida escolar, na universidade e sociedade como um todo. É necessário que as instituições, baseadas no teor das leis e decretos, busquem mecanismos de formação que favoreçam os acadêmicos no sentido de possibilitar a implementação de políticas inclusivas. Caso contrário, manteremos um distanciamento indesejável entre a legislação e as práticas docentes.

Os textos destacados nesta unidade de análise nos permitiram a reflexão acerca da pertinência de que os acadêmicos e profissionais conheçam o currículo e tenham acesso ao documento norteador de seus cursos. Mais do que isso, há que se discutirem os motivos presentes nas reestruturações desses documentos, nas mudanças, nas implementações de disciplinas etc. Esses documentos devem ser elaborados em parceria com a comunidade, pois, neles estão presentes vários elementos que subsidiam o processo de formação de professores, refletindo a realidade vivenciada pela instituição. Apesar de os resultados abordarem fatores que são contemplados no PPC, ainda é visível a necessidade de contemplar vários outros conteúdos e metodologias neste documento que contribuam de forma mais clara e objetiva para a formação de professores, principalmente no que tange às questões relacionadas à profissionalidade, ou seja, voltadas ao campo de atuação, à realidade profissional. Na atualidade e com o advento da valorização das diferenças individuais de nossos estudantes, é importante conhecer os documentos mencionados anteriormente e analisar quais aspectos relacionados à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva estão presentes nos mesmos, a fim de buscar ressignificar nossas práticas pedagógicas.

## **Movimento de mudanças na implantação de documentos que norteiam os cursos sob aspectos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**

Nesta unidade de análise, foram considerados os textos (1), (4), (5) e (10). Destacamos aqui as pesquisas que abordaram as necessidades de mudanças, bem como as angústias comuns nesses momentos de reestruturação curricular no que tange à implantação de aspectos da Educação Especial na perspectiva Inclusiva em seus cursos.

Barreto (2010) trata de um estudo acerca das perspectivas da Educação Especial e Inclusiva no contexto formativo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo. Por meio de entrevistas, grupos focais e análise de documentos, a autora analisou as etapas de implementação do currículo de 2006 do curso de Pedagogia dessa universidade. Tal análise enfocou as práticas de ensino que viabilizavam o conhecimento das políticas de educação inclusiva e a compreensão das implicações pedagógicas/organizacionais por parte dos alunos do curso, bem como a análise das inquietações ocorridas na implantação da matriz curricular. A autora destaca que são muitas as inquietações sobre a prática docente com alunos com deficiência. Algumas respostas aos questionários aplicados descrevem a falta de formação e conhecimento acerca deste tema, sendo possível notar que a Educação Inclusiva foi abordada de forma insuficiente durante o curso de graduação. Para a autora, os acadêmicos que não tiveram discussões do tema durante sua formação inicial, apresentaram maior interesse em estudar e abordar em seu trabalho de conclusão de curso, visando a abarcar conhecimentos teóricos, numa espécie de compensação individual.

Deimling (2013) abordou uma discussão acerca da Educação Especial nos cursos de Pedagogia, considerando a formação de professores para a inclusão escolar, afirmando a necessidade de refletir sobre os espaços reservados à Educação Especial nos cursos de formação inicial de professores. Para a autora, os diferentes espaços de discussão foram reservados após a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, em 2006. É a partir da formação acadêmica que os professores poderão fundamentar suas práticas, portanto, tal formação tem papel essencial na atuação docente, sendo indispensável o conhecimento e discussões sobre Inclusão e Educação Especial nos cursos de formação de professores. Também se tornam essenciais as reflexões acerca do espaço que essas discussões ocupam ou deveriam ocupar durante o processo de formação inicial e que, apesar de tantos avanços nessa área do conhecimento, ainda se faz

necessário maior espaço nos currículos, a fim de contemplar mais disciplinas específicas sobre educação inclusiva, e as demais disciplinas que abordam os conteúdos relacionados.

Fonseca-Janes, Silva JR e Oliveira (2013) trouxeram aspectos históricos da trajetória dos cursos de Pedagogia, e discutiram também as características e os movimentos dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. De acordo com as pesquisas realizadas pelos autores, o processo de formação inicial em Pedagogia em nosso país sofreu várias alterações no que diz respeito a sua identidade, como por exemplo: a delimitação do objeto de estudo, quais os campos de atuação e, posteriormente, as alterações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que influenciam na formação dos pedagogos.

Os autores ressaltam que a Unesp é uma universidade pioneira na formação de docentes com especialização para o ensino de pessoas com deficiência, sendo o campus de Marília o primeiro a ofertar essa formação, estando organizado sob a perspectiva de Educação Inclusiva. Inicialmente, os cursos de Pedagogia eram formados a partir da criação dos Institutos Isolados, e os cursos habilitavam para as áreas de Deficiência Intelectual, Auditiva, Visual e Física, sofrendo alterações a partir do ano de 2006 com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que propuseram o fim dessas habilitações. No momento da investigação, a universidade possuía seis cursos de Pedagogia, consolidados sob a área de ensino, pesquisa e extensão universitária. Mesmo em meio às adequações necessárias de acordo com o que prevê as diretrizes nacionais, é válido destacar que existem particularidades no documento norteador de cada curso, em que, mesmo com o fim dessas habilitações, optou-se por contemplar disciplinas e conteúdos voltados para a Educação Especial, o que demonstra preocupação com uma formação sob a perspectiva inclusiva.

De acordo com o já mencionado na unidade de análise I no texto (10), Poker, Valentim e Garla (2017) propuseram reflexões acerca da educação inclusiva e a formação inicial de professores sob a percepção dos alunos egressos de um curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp/Marília. Para as autoras, a educação inclusiva requer tomada de decisões que influenciam no processo escolar e transformam as práticas tradicionais, tanto no que tange ao ponto de vista político e organizacional quanto didático-pedagógico. As autoras destacam que dificilmente um curso pode oferecer todos os conhecimentos específicos pertinentes a todos os alunos. As principais angústias apontadas foram as limitações observadas nos cursos de formação inicial, especificamente

nos cursos de Pedagogia, pois sentem a necessidade de formações de boa qualidade que possam abranger todos os fatores necessários à implementação e adequação do currículo, bem como das ações dos professores em sala de aula.

Existem muitos discursos sobre a qualidade esperada para o atendimento dos alunos apoiados pelas políticas de Educação Especial, contudo, a oferta de formações que possibilitam o estudo e a investigação dessa questão ainda é muito reduzida, sendo necessária a promoção de um maior acesso de formações nessa temática aos futuros pedagogos. Os resultados de Poker, Valentim e Garla (2017) demonstram a necessidade de mudanças no currículo, tanto no que diz respeito às disciplinas, quanto aos conteúdos. As autoras apontam como necessárias alterações no estágio supervisionado para que seja possível realizar estágios em salas de aulas com estudantes com deficiências, pois, antes de entrar para o mercado de trabalho, talvez essa pode ser uma das únicas oportunidades de os acadêmicos interagirem com estudantes com deficiência, evitando que o primeiro contato seja ainda mais desfavorável à disponibilidade e diversificação de possibilidades pedagógicas por parte dos futuros professores.

De maneira geral, os textos que compõem esta unidade de análise denunciam a importância e a necessidade de mudanças no que diz respeito à matriz curricular dos cursos de Pedagogia. Entendemos que, com a ocorrência dessas mudanças, os anseios de tantos profissionais e acadêmicos sejam comuns e podem ser discutidos com informação, formação e conhecimento. Torna-se essencial conhecer e estudar os documentos que norteiam os cursos de Pedagogia, ainda mais sob a perspectiva de Educação Especial e Inclusiva, pois são esses documentos que irão nortear as práticas docentes, auxiliar na reflexão de novas metodologias bem como recursos pedagógicos necessários.

E muitas das mudanças propostas e necessárias quanto à matriz curricular dos cursos se fazem presentes nesses documentos. Quando o professor tem conhecimento do conteúdo e do teor desses documentos, ele pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem tanto na teoria quanto na prática. Mas, para que isso se fortaleça, todos os docentes formadores devem se identificar com a temática inclusão de maneira transversal. Ainda que haja a necessidade de disciplinas específicas, há que se levar essa discussão para um número maior de pessoas envolvidas, em diferentes espaços e momentos. Caso, contrário, a responsabilidade e disponibilidade pela inclusão continuará a cargo de alguns poucos formadores mais engajados com a temática. A inclusão, afinal de contas, é compromisso de todos e para todos.

## Considerações finais

Este estudo configurou-se como uma pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos científicos, portanto, foram necessárias algumas delimitações e recortes pertinentes ao seu desenvolvimento para investigar que aspectos são evidenciados em pesquisas brasileiras que abordam a inclusão educacional em cursos de formação inicial em Pedagogia. E como recorte, é inevitável que haja outros estudos disponíveis capazes de complementar a discussão aqui apresentada em nosso estudo. O debate de Inclusão durante o processo de formação inicial é destacado por Rodrigues (2006) como um processo de ensino e aprendizagem que pretende se mover como inclusivo, no entanto, é necessário ter conhecimentos acadêmicos e profissionais. Por meio dos levantamentos dos textos, leituras e análises que realizamos, observou-se que existem muitas preocupações e expectativas advindas de professores e de futuros professores acerca do Currículo e da Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva.

Ficou evidente a importância dos cursos de formação inicial de professores, em especial aqui a formação de pedagogos, abordarem em suas matrizes disciplinas que contemplam formação para a Educação Especial/Inclusiva. Observamos que a maioria dos cursos apresentam disciplinas voltadas a temas variados da Educação Especial e Inclusiva, como a Libras, Desenho universal e acessibilidade, dentre outras, tendo frente aos acadêmicos e professores resultados positivos, tanto no que diz respeito às suas práticas formativas, quanto às suas atitudes sociais, e a compreensão das mudanças necessárias. Entretanto, alguns cursos ainda não contemplam disciplinas específicas voltadas para essa discussão.

Pode-se notar que professores e futuros professores relataram dificuldades para a compreensão e adequação do currículo inclusivo, que com o passar do tempo tem sido um desafio cada vez mais necessário. Tais relatos justificam quão relevante se tornam esses documentos norteadores da educação, cujos artigos aqui abordados elencam concepções, metodologias e avaliações, na busca por auxiliar o professor a ressignificar práticas, recursos e saberes. Os cursos que possuem disciplinas e discussões sobre a formação docente para a inclusão proporcionam melhor desempenho e compreensão por parte dos professores e acadêmicos, e reforçam a necessidade de ambos conhecerem os aspectos relacionados a esta temática e sua formação. Logo, é fundamental que haja a formação para a inclusão nos cursos de Pedagogia, para que sejam apontadas experiências teóricas e práticas que possam preparar os futuros professores para sua atuação.

As pesquisas elencadas nesse estudo possuem dados semelhantes e reforçam a necessidade de ampliar o debate acerca da inclusão na formação inicial de professores, num

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X69695>

sentido inclusivo mais amplo, daquele que atenta para todas as diferenças presentes na sala de aula. Esperamos contribuir para as práticas de ensino dos professores e a reflexão da importância dessa atuação aos futuros professores a partir das investigações e discussões desta temática, possibilitando, além do alcance de conhecimentos teóricos, práticas e recursos metodológicos que possam auxiliar a formação e atuação docente. Como uma pesquisa bibliográfica, a partir da proposição de nossa “lente” de leitura e a produção de nossas unidades de análise, esperamos deixar pistas para investigações futuras que ampliem esse debate para outros rumos necessários.

## Referências

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. Perspectivas da educação inclusiva no contexto formativo do curso de pedagogia da UFES. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGÉ – UFES**. Vitória-ES, v. 16, n.31, p. 99-126, jan./jun., 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a LDB - diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – **Resolução CNE/CP Nº1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. (1963) **Parecer nº. 251/62**. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília. (1-11), p.59-65.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão. **Educação Unisinos**, v.17, n.3, p.238-249, set./dez., 2013.

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; OMOTE, Sadao. Atitudes sociais em relação à inclusão: o curso de pedagogia da faculdade de ciências e tecnologia da UNESP. **Nuances, estudos sobre Educação**, Presidente Prudente – SP, v.24, n.2, p. 158-173, maio/ago., 2013a.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X69695>

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; OMOTE, Sadao. Os cursos de pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília-SP, v.19, n.3, p.325-342, jul./set., 2013b.

FONSECA-JANES, Cristina Regina Xavier; SILVA JR, Celestino Alves da; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.55, out./dez.2013.

GIL, Antônio. Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

POKER, Rosimar Bortolini; MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da UNESP e da USP. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n.esp., 2015.

POKER, Rosimar Bortolini; VALETIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia. **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.3, p.876-889, set./dez., 2017.

POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação inicial de professores para atuarem no contexto das diferenças. **REVASF**, Petrolina-PE, v.6, n.11, p.64-79, dez., 2016.

PRANDI, Luiz Roberto. et al. As marcas da inclusão educacional nos projetos político pedagógicos dos cursos de pedagogia da UNIPAR e da UFAC e sua relação com o desenvolvimento socioeducacional. **Educere – Revista da Educação**, v. 16, n.2, p. 257-274, jul./dez., 2016.

RODRIGUES, David. Dez *ideias* (mal) *feitas* sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David. (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, Autores Associados, 259 p. (Coleção Memória da Educação), 2008.

SILVA, Ketlis Lima da; MATOS, Maria Almerinda de Souza. A formação de professores no curso de pedagogia da UFAM para a inclusão de alunos com deficiência. **Educitec**, n.3, 2016.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)